

**ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.**

celebrada em 17 de junho de 2013

por

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.,
como *Emissora*;

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
como *Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas.*



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'P' and several other marks.

ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

Pela presente "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Mineração Caraíba S.A.",

na qualidade de emissora,

(i) **MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Jaguarai, Estado da Bahia, na Fazenda Caraíba, s/nº, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 42.509.257/0001-13, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e

na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas da Emissão ("Debenturistas"),

(ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individualmente, como "**Parte**";

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

Cláusula I. Definições.

1.1. Os termos em maiúscula que não tenham sido diversamente definidos ao longo desta Escritura deverão ter os seguintes significados:

"**AGD**" significa Assembleia Geral de Debenturistas;

"**AGE**" significa a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 02 de abril de 2013;

"**ANBIMA**" significa Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;



Handwritten signatures in blue ink.

"Autoridades Governamentais" significa qualquer nação ou governo, estado ou outra subdivisão política, qualquer banco central (ou autoridade monetária ou regulatória similar) e qualquer entidade com autoridade executiva, legislativa, judicial, regulatória ou administrativa de ou pertencendo a governo (seja referida autoridade reconhecida como governo *"de jure"* ou *"de facto"*);

"Banco Central" significa o Banco Central do Brasil;

"Banco Liquidante" significa o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.

"Brasil" significa a República Federativa do Brasil;

"Capex" significa investimentos em ativos imobilizados;

"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" significa o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado em 27 de abril de 2011 por, dentre outros, Itaú BBA, Santander, Coordenador Líder e a Emissora, e seus respectivos aditamentos;

"CETIP" significa CETIP S.A. - Mercados Organizados;

"CETIP 21" significa Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP;

"Código Civil" significa a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

"Código de Processo Civil" significa a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;

"Coligada" significa qualquer sociedade que esteja sob o Controle, direto ou indireto, da Pessoa Controladora da Emissora;

"Contrato de Compartilhamento de Garantias" significa o contrato a ser firmado entre o Itaú BBA, Santander, Coordenador Líder e o Agente Fiduciário, entre outros, e seus respectivos aditamentos, cujo objeto principal é a administração das Garantias até o pagamento integral das Operações Sindicalizadas;

"Contrato de Distribuição" significa o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Mineração Caraíba S.A.;



Handwritten signature and initials in blue ink.

"Controle" significa, em relação a qualquer Pessoa ou grupo de Pessoas (a **"Pessoa Controladora"**), nos termos do artigo 116, da Lei das S.A., (a) a capacidade de a Pessoa Controladora, quer mediante a titularidade de participações societárias com direito a voto em outra Pessoa (a **"Pessoa Controlada"**), quer por força de instrumento contratual ou a qualquer outro título, direta ou indiretamente, (i) eleger a maioria dos integrantes do conselho de administração ou outro órgão administrativo semelhante da Pessoa Controlada, ou (ii) dirigir as políticas administrativas da Pessoa Controlada, ou (b) a titularidade de direitos que assegurem à Pessoa Controladora a maioria dos votos nas assembleias gerais ou reuniões de sócios da Pessoa Controlada;

"Coordenador Líder" significa o Banco Votorantim S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 59.588.111/0001-03;

"CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários;

"Debêntures" significa debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da terceira emissão da Companhia;

"Dia(s) Útil(eis)" significa, para todas as finalidades, qualquer dia, excetuando-se sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil ou feriado na Cidade de São Paulo, SP, Brasil e/ou Cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil;

"Dívida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros excluindo-se os derivativos;

"Dívida Líquida" significa o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros, excluindo-se derivativos;

"DNPM" significa o Departamento Nacional de Produção Mineral;

"EBITDA" significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

"Efeito Adverso Relevante" significa, a exclusivo critério dos Debenturistas, um efeito



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

adverso relevante sobre (i) eventos, inclusive situações especiais de mercado, de ordem política, econômica, financeira ou social, (ii) mudanças adversas e relevantes nas condições financeiras, operacionais e patrimoniais da Emissora e/ou do Grupo Mineração Caraíba; (iii) alterações no setor de atuação da Emissora e/ou de qualquer sociedade do Grupo Mineração Caraíba, bem como das Pessoas Controladoras da Emissora; e (iv) situações ou mudanças que possam impactar e/ou afetar negativa e materialmente a imagem da Emissora, de qualquer sociedade do Grupo Mineração Caraíba e/ou de suas Pessoas Controladoras perante o mercado;

"Emissão" significa a Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia;

"Escritura" significa a Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Mineração Caraíba S.A.;

"Escriturador Mandatário" significa a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 61.194.353/0001-64 (doravante designada ainda **"Itaú Corretora"**);

"FINAME" significa linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social por intermédio de sua Agência Especial de Financiamento Industrial;

"FINIMP" significa uma linha de crédito disponibilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social com a finalidade de financiamento para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional;

"Garantia Presente" significa a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, prestada em favor dos titulares das Debêntures por meio da celebração do segundo aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

"Garantias Futuras" significa (i) o Penhor de Direitos Minerários, garantia a ser prestada futuramente, quando do registro desse penhor no DNPM, em favor dos titulares das Debêntures, por meio da celebração do segundo aditamento ao Contrato de Penhor de Direitos Minerários, observado o disposto na Cláusula 5.6 desta Escritura; e (ii) a fiança a ser prestada pela NX Gold, quando da finalização do seu processo de constituição, em favor dos titulares das Debêntures e demais credores das Operações Sindicalizadas, por meio da celebração/emissão de um instrumento de fiança (**"Fiança"**);

"Garantias" significam a Garantia Presente e as Garantias Futuras, quando referidas em conjunto;



Handwritten signature and initials in blue ink.

"**Grupo Mineração Caraíba**" significa quaisquer de suas Pessoas Controladas diretas ou indiretas e/ou qualquer de suas Coligadas;

"**ICVM 28/83**" significa a Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;

"**ICVM 358/02**" significa a Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada;

"**ICVM 476/09**" significa a Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;

"**Índice Dívida Líquida/EBITDA**" significa o índice obtido da divisão entre Dívida Líquida e EBITDA;

"**Investidores Qualificados**" significa os investidores qualificados definidos no artigo 4º da ICVM 476/09;

"**Itaú BBA**" significa o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, parte, inscrito no CNPJ sob nº 17.298.092/0001-30;

"**JUCEB**" significa a Junta Comercial do Estado da Bahia;

"**Lei das S.A.**" significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

"**MDA**" significa MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP;

"**NX Gold**" significa a NX Gold S.A., sociedade por ações pertencente ao Grupo Mineração Caraíba, ora em fase de constituição, em razão da cisão parcial da Emissora, aprovada na assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 02 de abril de 2013;

"**Oferta Restrita**" significa oferta pública das Debêntures, a ser realizada nos termos da ICVM 476/09, com esforços restritos de colocação;

"**Ônus**" significa qualquer hipoteca, penhor, alienação, cessão fiduciária, consignação, acordo sobre depósitos, gravame (normativo ou de outra espécie) ou preferência, prioridade ou outro acordo de garantia ou preferência de qualquer tipo ou natureza;

"**Ônus Permitidos**" significa (a) ônus incorridos em garantia de financiamento para aquisição de equipamentos, desde que incorram sobre o próprio equipamento adquirido; e (b) ônus



Handwritten signature in blue ink.

incorridos em garantia de financiamentos da linha FINAME e FINIMP;

"Contrato de Penhor de Direitos Minerários" significa o "Contrato de Penhor de Primeiro Grau sobre Direitos Minerários e Outras Avenças" celebrado em 06 de maio de 2011 por, dentre outros, Itaú BBA, Santander, Coordenador Líder e a Emissora, e seus respectivos aditamentos;

"Reais" ou **"R\$"** significa a moeda corrente no Brasil;

"Santander" significa o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04543-011, inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42;

"SISBACEN" significa o sistema eletrônico de informações do Banco Central;

"US\$" ou "Dólares" significa a moeda corrente dos Estados Unidos da América (dólares norte-americanos); e

"Votorantim" significa o Coordenador Líder.

CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Escritura é celebrada de acordo com a autorização da AGE, nos termos do artigo 59, da Lei das S.A.

CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

3.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos dos artigos 1º, inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

3.1.2. A Emissão também não será objeto de registro perante a ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS



Handwritten signatures in blue ink.

3.2.1. A ata de AGE foi registrada na JUCEB em 15 de maio de 2013, e foi publicada no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e no jornal "Correio da Bahia", em 8 de junho de 2013, em conformidade com as disposições aplicáveis da Lei das S.A.

3.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.3.1. Esta Escritura, seus eventuais aditamentos ("**Aditamentos**") e atas de assembleias gerais de Debenturistas serão registrados na JUCEB, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das S.A., sendo que uma cópia de cada documento registrado deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.

3.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

3.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, e negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 3.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição e/ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme o caso, de acordo com os artigos 13 e 15 da ICVM 476/09, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações estabelecidas pelo artigo 17 da ICVM 476/09.

3.5. REGISTRO DAS GARANTIAS

3.5.1. As Garantias serão registradas nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

Garantia Presente

3.5.1.1. Nos termos do artigo 62 da Lei das S.A., como condição precedente à subscrição e integralização das Debêntures, a Garantia Presente deverá ser registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos para fins de emissão das Debêntures.

Garantias Futuras

3.5.1.2. Para eficácia do Penhor de Direitos Minerários (conforme definido abaixo), além do registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, o seu instrumento deverá ainda ser registrado perante o DNPM, nos termos da Cláusula 5.6.2 abaixo.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.5.2.3. Uma vez constituída a NX Gold e firmada a Fiança, esta deverá ser registrada pela Companhia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

3.5.2. As averbações acima mencionadas deverão ser realizadas pela Emissora nos termos da Cláusula 5.6 desta Escritura, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, sendo que uma cópia de cada documento registrado deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.

3.5.3. As Partes comprometem-se a, imediatamente após os devidos registros da Garantia Presente, celebrar aditamento à presente Escritura, a fim de confirmar a constituição das mesmas e retificar a declaração prestada pelo Agente Fiduciário na Cláusula 7.2 (xv) desta Escritura, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

4.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) a exploração e aproveitamento de jazidas minerais, compreendendo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e industrialização de substâncias minerais e seus subprodutos e derivados, podendo estender suas atividades à importação e à exportação de tais substâncias e subprodutos e derivados; e (ii) participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam, direta ou indiretamente vinculados, acessórios ou instrumentais ao objeto social da Companhia.

4.2. SÉRIES

4.2.1. A Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

4.3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

4.3.1. O valor total da Emissão ("**Valor Total**") é de R\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de Reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

4.4.1. Serão emitidas 99 (noventa e nove) Debêntures.

4.5. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

4.5.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Companhia para investimentos em Capex, bem como para financiamento das atividades operacionais da Emissora.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "MCSA" and "JURÍDICO".

4.6. NÚMERO DA EMISSÃO

4.6.1. A presente Escritura representa a terceira emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora.

4.7. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

4.7.1. O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A e o Escriturador Mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora.

CLÁUSULA V. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

5.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita e destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09 e do Contrato de Distribuição.

5.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures emitidas, com a intermediação do Coordenador Líder.

5.1.2. No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) cada Investidor Qualificado que participar da Oferta deverá subscrever Debêntures representando, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais), nos termos da ICVM 476/09.

5.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula V.

5.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Garantia Presente.

5.1.5. A totalidade das Debêntures será subscrita pelo VNU (conforme definido abaixo) sem acréscimo da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo), em única data. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder a nenhum Investidor Qualificado interessado em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como



Handwritten signatures in blue ink.

não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.1.7. O Coordenador Líder será responsável pela subscrição e integralização das Debêntures que não forem subscritas e/ou integralizadas no âmbito da Oferta Restrita no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de início da distribuição. Além disso, o Coordenador Líder tem ciência do requisito disposto na Cláusula 3.5.1.1 acima.

5.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

5.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de maio de 2013 ("**Data de Emissão**").

5.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

5.3.1. Cada uma das Debêntures terá valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("**Valor Nominal Unitário**" ou "**VNU**").

5.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

5.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao Escriturador Mandatário da Emissão. Para todos os fins de direito, a titularidade de cada Debênture será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário das Debêntures. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome do titular das Debêntures – que servirá de comprovante de titularidade – com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente pela CETIP.

5.5. ESPÉCIE

5.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, observado o disposto na Cláusula 5.6 desta Escritura.

5.6. GARANTIAS

5.6.1. **Garantia a ser constituída até a data de subscrição e integralização das Debêntures.** A Garantia Presente será constituída até a data de subscrição e integralização das Debêntures, consubstanciada pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes do



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Contrato de Compra e Venda de Minério de Cobre firmado entre a Emissora e a Paranapanema S.A., datado de 06 de janeiro de 2012, conforme aditado e/ou substituído por instrumento similar, com fluxo semestral mínimo, de valores equivalentes a, no mínimo 100% (cem por cento) do Valor Total na Data de Emissão, a ser calculado semestralmente no último Dia Útil dos meses de junho e dezembro de cada ano, em relação ao período anterior, sendo certo que a data da primeira verificação será em 30.06.2013, bem como da conta vinculada número 90348-9, agência 2001, mantida junto ao Banco Itaú S.A., que recebe os recursos oriundos do aludido contrato, conforme *"Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças"* a ser firmado e devidamente registrado nos termos da Cláusula 3.5 acima até a liquidação das Debêntures, entre Mineração Caraíba S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Itaú BBA S.A., Oliveira Trust Servicer S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (**"Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"**).

5.6.2. **Futuras garantias a serem constituídas.** As Garantias Futuras serão constituídas pelo: (i) penhor em primeiro grau sobre os direitos minerários representados pelo Manifesto de Mina nº 417, publicado no Diário Oficial da União em 4.5.1956, objeto do Processo DNPM nº 000.737/1940 e pela Concessão de Lavra publicada no Diário Oficial da União em 5.8.2008, objeto do Processo DNPM nº 812.998/1973 (**"Direitos Minerários"**), conforme *"Segundo Aditamento ao Contrato de Penhor de Primeiro Grau sobre Direitos Minerários e Outras Avenças"* a ser firmado e devidamente registrado nos termos da Cláusula 3.5.1 acima até a liquidação das Debêntures, sob condição suspensiva de eficácia, entre Mineração Caraíba S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Itaú BBA S.A., Oliveira Trust Servicer S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., (**"Segundo Aditamento ao Contrato de Penhor Sobre Direitos Minerários"** e **"Penhor de Direitos Minerários"**, respectivamente), e (ii) Fiança, sem benefício de ordem, a ser outorgada pela NX Gold, após a conclusão do seu processo de constituição, em benefício dos titulares das Debêntures e demais credores das Operações Sindicalizadas, por meio da celebração/emissão de um instrumento de fiança.

5.6.3. O Penhor de Direitos Minerários deverá ser aprovado pelo DNPM até o dia 15 de agosto de 2013 (**"Aprovação do DNPM"**). Assim sendo, a eficácia do Segundo Aditamento ao Contrato de Penhor Sobre Direitos Minerários está condicionada à Aprovação do DNPM, momento a partir do qual este penhor passará a garantir a Emissão em conjunto com a Garantia Presente.

5.6.4. A Fiança será outorgada pela NX Gold em até 10 (dez) Dias Úteis após a conclusão do processo de constituição da NX Gold (leia-se, registro dos seus documentos constitutivos na Junta Comercial do estado onde tal sociedade se encontra, e inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). Uma vez outorgada tal garantia, a Companhia providenciará, às suas expensas, (a) o protocolo da Fiança nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 20 (vinte) dias corridos após sua emissão/assinatura; e (b) no prazo



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o referido registro, apresentar uma via original do presente instrumento, devidamente registrado, ao Agente Fiduciário.

5.6.5. Caso (i) a aprovação pelo DNPM mencionada no item 5.6.3 acima não seja verificada até o dia 15 de agosto de 2013, ou (ii) o registro da Fiança mencionado na em 5.6.4 acima não seja verificado até o decurso do referido prazo, os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário terão o direito de considerar as obrigações sob a presente Escritura antecipadamente vencidas e exigir imediatamente, independentemente de aviso ou notificação de qualquer espécie, o cumprimento integral das obrigações aqui assumidas pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 5.11.2 abaixo.

5.6.5. O Agente Fiduciário fica, desde já, autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora e às expensas da mesma, como seu bastante procurador, promover o registro dos Aditamentos a esta Escritura e das Garantias, caso a Emissora não o faça, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil.

5.6.6. As Garantias serão compartilhadas pelos Debenturistas, de forma "pari passu" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, com (i) o Itaú BBA, na qualidade de credor de determinado contrato de crédito, no valor de R\$99.000.000,00 (noventa e nove milhões de Reais), firmado entre o Itaú BBA e a Emissora em 17 de maio de 2013, sob o nº AGE584764 ("**Loan Agreement**"); (ii) o Santander, na qualidade de credor de determinada Cédula de Crédito Bancário nº 4051233, no valor de R\$99.000.000,00 (noventa e nove milhões de Reais), emitida pela Emissora em favor do Santander em 17 de maio de 2013 ("**CCB**" e, quando em conjunto com o Loan Agreement e a Oferta Restrita, "**Operações Sindicalizadas**"); bem como com o (iii) Contrato de Prestação de Fiança nº 10153202, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder para garantir financiamento contraído pela Emissora junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, em 15 de fevereiro de 2013; e (iv) Contrato de Prestação de Fiança nº 100411020073200, celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú S.A. para garantir o financiamento contraído junto ao BNB pela Emissora, em 28 de fevereiro de 2011.

5.6.6.1. Para fins do disposto na Cláusula acima, o Agente Fiduciário, a Oliveira Trust Servicer S.A., o Itaú BBA e o Santander e o Coordenador Líder, firmarão o Contrato de Compartilhamento de Garantias.

5.6.6.2. Para fins do artigo 62 da Lei das S.A., que trata dos requisitos para emissão de debêntures, a Emissora declara que, até que o Penhor de Direitos Minerários seja formalmente aprovado pelo DNPM e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (nos termos dos itens 5.6.2 a 5.6.4 acima), a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios é suficiente para caracterizar as Debêntures da presente Emissão como da espécie com garantia real.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

5.7.1. A totalidade das Debêntures será subscrita pelo VNU sem acréscimo da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo), em uma única data ("**Preço de Subscrição**").

5.7.2. As Debêntures serão integralizadas dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

5.7.3. A integralização das Debêntures deverá ser feita uma vez verificadas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição. Uma vez verificadas tais condições, será determinada pelo Coordenador Líder, mediante comunicação à Emissora, a data de integralização das Debêntures ("**Data de Liquidação**").

5.8. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

5.8.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contado a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 17 de maio de 2018 ("**Prazo de Vigência**" e "**Data de Vencimento**", respectivamente).

5.9. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

5.9.1. O VNU das Debêntures será amortizado semestralmente a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão ("**Período de Carência**"), ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de maio de 2015 e o último na respectiva Data de Vencimento, conforme a tabela abaixo, ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Cada uma das parcelas de amortização de VNU ou o saldo do VNU das Debêntures, será acrescida da respectiva atualização monetária, calculada com base na Cláusula 5.10.1 abaixo:

Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado	Datas de Amortização
14,286%	17 de maio de 2015
14,286%	17 de novembro de 2015
14,286%	17 de maio de 2016
14,286%	17 de novembro de 2016
14,286%	17 de maio de 2017
14,286%	17 de novembro de 2017
14,284%	17 de maio de 2018



de
H S pl

5.9.2. Caso seja realizada, a critério da Emissora, uma Amortização Extraordinária nos termos da Cláusula 5.13.5 abaixo, a parcela de amortização ordinária subsequente será equivalente à diferença entre o percentual de amortização do VNU atualizado a ser pago, menos o valor eventualmente pago relativo à Amortização Extraordinária imediatamente anterior.

5.9.3. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a pagar aos Debenturistas 100% (cem por cento) do saldo não amortização do VNU atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures.

5.10. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

5.10.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de Reais por Dólares, disponível no SISBACEN, transação PTAX-800, opção 5, cotações para a contabilidade, moeda 220, mercado livre ("**Taxa Cambial**"), calculado a partir da data de subscrição e integralização das Debêntures ou pagamento de amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, utilizando-se a Taxa Cambial do Dia Útil imediatamente anterior à data de início do respectivo Período de Pagamento de Juros das Debêntures (conforme abaixo definido) e do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) do respectivo período, conforme definida abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = (VNe) \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário no início do respectivo Período de Pagamento de Juros das Debêntures (conforme abaixo definido), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator resultante da variação do dólar comercial, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left(\frac{USn}{USo} \right)$$

onde,

USn = valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800 – Opção 5), do Dia Útil imediatamente anterior à data do cálculo, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

USo = valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800 – Opção 5), do Dia Útil imediatamente anterior à data de subscrição e integralização das Debêntures ou data de



[Handwritten signatures and initials]

início do respectivo Período de Pagamento de Juros das Debêntures (conforme abaixo definido), conforme o caso, informado com 4 (quatro) casas decimais.

5.10.2. O produto da atualização agregar-se-á ao Valor Nominal Unitário das Debêntures para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação.

5.10.3. No caso de indisponibilidade temporária, ausência de apuração ou divulgação pelo Banco Central da Taxa Cambial, ou ainda, no caso de sua extinção quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada aquela que for divulgada pelo Banco Central em sua substituição e, na falta desta, o Agente Fiduciário deverá obter a média da cotação da taxa de venda do dólar norte-americano, apurada no Dia Útil imediatamente anterior, para liquidação de operações financeiras em volumes semelhantes ao da liquidação da obrigação pecuniária em questão, junto ao Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Votorantim S.A., ou na falta destes, junto a 3 (três) instituições financeiras de primeira linha e que tenham atuação relevante no mercado de câmbio, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de venda do dólar norte-americano devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas.

5.10.4. Na hipótese de impossibilidade de utilização da Taxa Cambial por imposição legal, será utilizada aquela que for divulgada pelo Banco Central em sua substituição, se houver, e, (i) na falta desta ou no caso de vedação legal do uso de uma taxa cambial para o cálculo da atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou (ii) na ausência de apuração e/ou divulgação pelo Banco Central da Taxa Cambial por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembleia geral de debenturistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de Reais por Dólares divulgada pelo Banco Central.

5.10.4.1. Caso, durante a Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, sobre o novo parâmetro de atualização monetária dessas Debêntures, ou caso a assembleia não se instale, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário atualizado na forma da Cláusula 5.10.1 acima, acrescido da Remuneração das Debêntures, conforme definida abaixo, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, o que ocorrer por último, utilizando-se a última cotação de fechamento da



Handwritten signatures and initials in blue ink.

taxa de venda de câmbio de Reais por Dólares divulgada pelo Banco Central, e acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.10.4.2. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP e será efetuado por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas cujas Debêntures não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

5.10.5. Juros Remuneratórios. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da data de subscrição e integralização das Debêntures e até a Data de Vencimento, de 5,55% (cinco inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada de forma linear com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, *pro rata temporis*, por dias corridos, incidentes sobre o VNU atualizado na forma da Cláusula 5.10.1 desta Escritura, de acordo com as seguintes fórmulas ("**Remuneração das Debêntures**"):

$$J = VNa \times \text{FatorJuros}$$

onde,

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.10.1 acima, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros = fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

$$\text{FatorJuros} = \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} \right) \times \frac{n}{360} \times \frac{DP}{DT} \right]$$



onde,

taxa = 5,55% (cinco inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento);

n = número de dias corridos entre a data de subscrição e integralização das Debêntures e a Data Pagamento de Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo), ou o número de dias corridos entre duas Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) consecutivas, sendo n um número inteiro;

DP = número de dias corridos entre a Data do último Pagamento da Remuneração das Debêntures e a data de cálculo, sendo DP um número inteiro; e

DT = número de dias corridos entre a Data do último Pagamento da Remuneração das Debêntures e o próximo pagamento, sendo DT um número inteiro.

5.10.6. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, nos meses de novembro e



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

maio, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de novembro de 2013 e o último na Data de Vencimento (cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures, uma **"Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures"**).

5.10.7. O período de pagamento da Remuneração das Debêntures (**"Período de Pagamento de Juros das Debêntures"**) é, para o primeiro Período de Pagamento de Juros das Debêntures, o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Debêntures e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures, e para os demais Períodos de Pagamento de Juros das Debêntures, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures subsequente.

5.10.8. Cada Período de Pagamento de Juros das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

5.10.9. Fará jus à Remuneração das Debêntures cada titular de Debênture: (i) que assim conste nos registros do Escriturador Mandatário; ou (ii) com custódia na CETIP, ficando ressalvado que em ambos os casos terá direito ao recebimento o titular de Debênture que ao final do Dia Útil anterior à data de cada pagamento for titular da Debênture.

5.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.11.1. Observadas as disposições abaixo desta Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do respectivo saldo devedor do VNU acrescido da Remuneração das Debêntures, devida e apurada nos termos da Escritura, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (**"Evento de Vencimento Antecipado"**):

- (a) se a Emissora deixar de pagar qualquer parcela de principal, juros e/ou quaisquer outros valores devidos por força da presente Escritura na data de seu respectivo vencimento;
- (b) se a Emissora deixar de cumprir quaisquer obrigações não-pecuniárias assumidas no presente instrumento, no Contrato de Distribuição e nas Garantias, na data em que deveriam ter sido observadas e não sanado no prazo de cura de 5 (cinco) dias corridos contado de seu descumprimento, exceto pelas obrigações de não fazer listadas na Cláusula 6.2, alíneas (n) a (z), aos quais não será aplicado o prazo de cura adicional de 5 (cinco) dias corridos aqui previstos;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(c) se qualquer declaração por parte da Emissora constante desta Escritura, do Contrato de Distribuição e das Garantias for enganosa, omissa, falsa ou materialmente incorreta ou imprecisa;

(d) se a Emissora inadimplir suas obrigações e/ou não liquidar, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos financeiros e/ou não financeiros firmados com o Itaú BBA, o Santander, e o Coordenador Líder, inclusive no exterior;

(e) se a Emissora inadimplir suas obrigações e/ou não liquidar, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos financeiros, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, ressalvados os períodos de cura previstos nos aludidos instrumentos, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, inclusive no exterior, em montante individual ou agregado, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

(f) se a Emissora tiver o vencimento antecipado de contratos não financeiros com terceiros, inclusive no exterior e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, inclusive no exterior, em montante individual ou agregado, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

(g) se a Emissora utilizar os recursos oriundos da Oferta Restrita para outra finalidade que não a descrita na Cláusula 3.5 acima;

(h) se for verificado o vencimento antecipado de quaisquer das demais Operações Sindicalizadas;

(i) se a Emissora vier a sofrer protesto de títulos, em montante individual ou agregado, superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais), salvo se, no prazo de 7 (sete) dias corridos contados do recebimento do referido protesto seja validamente comprovado pela Emissora ou por outra empresa do Grupo Mineração Caraíba: (a) que o protesto foi cancelado, sustado ou seus efeitos foram suspensos; (b) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado; ou sofrer execução ou arresto de bens que, a critério dos Debenturistas, possa comprometer a capacidade de pagamento de suas obrigações, exceto se a Emissora ou outra empresa do Grupo Mineração Caraíba comprovar em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(j) na ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência da Emissora; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora; (iv) propositura, pela Emissora de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação



H P
ale. J.P.

judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora e em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(k) se for proferida decisão judicial condenatória transitada em julgado não cumprida pela Emissora dentro do prazo legal e que resulte em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

(l) se o presente instrumento ou qualquer dos documentos a ele relacionados (inclusive o Contrato Paranapanema, conforme abaixo definido) perder ou tiver diminuído a sua validade, exequibilidade e/ou eficácia;

(m) se a Emissora ou qualquer empresa do Grupo Mineração Caraíba realizar ou participar, sem o prévio e expresse consentimento dos Debenturistas, de reorganizações societárias, incluindo, mas não se limitando a, fusões, incorporações, incorporação de ações, cisões ou consolidações, exceto pela cisão da Emissora, para constituir a sociedade NX Gold;

(n) se ocorrer mudança, direta ou indireta, no Controle da Emissora, sem o envio de notificação aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados da efetiva modificação ou transferência e/ou, após o envio de referida notificação, caso não haja a prévia e expressa anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação, em até 30 (trinta) dias da data da alteração, consentimento esse que poderá ser negado pelos Debenturistas por qualquer motivo; ou ainda se houver alteração ou modificação das atividades realizadas pela Emissora, ou alteração do objeto social da Emissora, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;

(o) se as Garantias oferecidas ao fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas perderem e/ou tiverem diminuído seu valor e/ou eficácia, e a Emissora não a substituir ou reforçar por outra igualmente aceitável pelos Debenturistas dentro de seus próprios critérios, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação dos Debenturistas neste sentido;

(p) se ocorrer pagamentos de dividendos aos acionistas da Emissora, incluindo dividendos a título de antecipação, e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, redução de capital e/ ou qualquer outra forma de transferência de recursos aos acionistas em valor superior ao definido na Cláusula 6.3 abaixo (Obrigações Financeiras); e

(q) se ocorrer a transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das S.A.



5.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.11.1 acima resultará no vencimento antecipado não automático das Debêntures e, nestes casos, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer de tais eventos, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em primeira convocação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em circulação presentes na Assembleia, determinem o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures e exigirá o pagamento do saldo do VNU não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures e demais encargos incidentes até a data do efetivo pagamento. Caso os quoruns estabelecidos neste item não sejam atingidos, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

5.11.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da presente Cláusula 5.11.1., o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP, determinando o pagamento dos valores devidos pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida carta.

5.11.4 **Aumento de Custo, Custos de Cancelamento e Custos de Reposição** Se, após a data de assinatura desta Escritura, como resultado da ocorrência de um Efeito Adverso Relevante ou de qualquer mudança nas leis ou regulamentos pertinentes de aplicação geral ou de mudança na interpretação das referidas leis e regulamentos ou se, como resultado da observância pelo Agente Fiduciário de diretriz, instrução ou exigência (com ou sem força de lei) de autoria ou imposição de qualquer Autoridade Governamental ou de outra autoridade tributária, monetária ou similar, encarregada de administrá-las, os Debenturistas decidirem (decisão esta que será conclusiva, exceto em hipótese de erro manifesto) que os custos em que ele incorre (inclusive, entre outros, com respeito a tributos), ao efetuar ou manter a Oferta Restrita, estão aumentando ou que qualquer quantia recebida ou a receber pelos Debenturistas com respeito à Oferta Restrita ou consoante esta Escritura está se reduzindo, nesses casos a Emissora e os Debenturistas negociarão de boa fé medidas para mitigar os efeitos de tais acontecimentos. Casos as Partes não cheguem a um consenso sobre as medidas mitigadoras a serem tomadas, a Emissora ficará obrigada a resgatar antecipadamente as obrigações decorrentes da presente Escritura, nos termos da Cláusula 5.13 abaixo.

5.11.5. Em qualquer das hipóteses previstas na Cláusula acima será facultado aos Debenturistas exigir da Emissora o cumprimento de suas obrigações.

5.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

5.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do VNU acrescido



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou da data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores de Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 5.15.1 abaixo.

5.13. RESGATE ANTECIPADO, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

5.13.1. **Resgate Antecipado Facultativo.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês de vigência das Debêntures, desde que seja observada, concomitantemente, a liquidação antecipada do Loan Agreement e da CCB e mediante deliberação em assembleia geral de acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, relativo a todos os Debenturistas, sem distinção ("**Resgate Antecipado**"), nos termos do artigo 55 da Lei das S.A. O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

(i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário, além de publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos das disposições aplicáveis da Lei das S.A., ambos com, no mínimo, 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado ("**Data do Resgate**");

(ii) caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado parcial das Debêntures, tal resgate será feito mediante sorteio, realizado pelo Agente Fiduciário, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas que tiverem suas Debêntures sorteadas serão comunicados por escrito com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis do Resgate Antecipado parcial das Debêntures;

(iii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (a) o saldo de VNU sujeito ao Resgate Antecipado; acrescido (b) da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas, calculada *pro rata temporis* até a data da liquidação do Resgate Antecipado ("**Saldo Devedor do Resgate Antecipado**"), e (c) de um prêmio a ser definido em AGD, que será correspondente à diferença entre o VNU atualizado e o valor de mercado das Debêntures à época do Resgate Antecipado;

(iv) a comunicação de Resgate Antecipado prevista acima deverá contemplar a data de tal Resgate Antecipado; o valor objeto de tal Resgate Antecipado; e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado; e



Handwritten signature and initials in blue ink.

(v) caso as Debêntures estejam custodiadas no CETIP 21, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP, que deverá ser comunicada acerca da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.13.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

5.13.4. **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo durante o prazo de vigência das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação – observadas as disposições do artigo 13 da ICVM 476/09 e, ainda, do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das S.A. a esse respeito, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras –, podendo tais Debêntures ser canceladas, mantidas em tesouraria ou receladas novamente no mercado, neste caso, passando a fazer jus à mesma Remuneração das Debêntures das demais Debêntures em circulação.

5.13.5. **Amortização Extraordinária.** Observadas as hipóteses de aquisição facultativa, nos termos da Cláusula 5.13.4 acima, e de Resgate Antecipado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado conforme Cláusula 5.9.1 acima, salvo possibilidade de amortização extraordinária que poderá ser realizada a exclusivo critério da Emissora e a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos listados abaixo ("**Amortização Extraordinária**").

(i) A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e publicação de Aviso aos Debenturistas, ambos com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("**Notificação da Amortização Extraordinária**") e limitada em 14,286% ou 14,284% do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, segundo a Cláusula 5.9.1 acima. A Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária. Caso seja realizada uma Amortização Extraordinária nos limites máximos previstos nesta Cláusula, não haverá o pagamento de amortização ordinária imediatamente posterior, previsto na Cláusula 5.9.1 acima.

(ii) O valor da amortização devida pela Emissora será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado acrescido (i) da Remuneração das Debêntures correspondente; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária; e (iii) de um prêmio a ser definido em AGD, correspondente à diferença entre o VNU atualizado e o valor de mercado das Debêntures à época da Amortização Extraordinária ("**Valor da Amortização Extraordinária**").

(iii) A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual da Amortização Extraordinária sobre o Valor



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária.

(iv) O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 5.16 abaixo, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

5.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

5.14.1. **Atraso de pagamento.** Não cumprindo, pontualmente, qualquer das obrigações contidas nesta Escritura, inclusive na hipótese de vencimento antecipado, ficará a Emissora constituída em mora, independentemente de vir esta a receber qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial por parte do Agente Fiduciário, de forma que a Emissora se compromete a pagar, durante o período em atraso e sobre todos os valores devidos em virtude desta Escritura: (i) sobre qualquer valor de principal, juros ou quaisquer outros valores devidos sob esta Escritura que não forem pagos no vencimento (seja no vencimento ordinário, antecipado ou de outra forma) incidirão juros de mora a partir da data do respectivo vencimento até a data em que os Debenturistas receberem o pagamento total desse valor, à taxa de 1% (um por cento) ao ano acima dos Juros Remuneratórios que seria de outra forma aplicável às Debêntures, pagável mediante exigência e acrescido de multa moratória não-compensatória de 10% (dez por cento) do valor que não foi pago no vencimento. O valor diário acumulado desses juros será considerado como um adicional do valor do principal das Debêntures segundo esta Escritura; e (ii) se a Emissora deixar de cumprir qualquer obrigação não-pecuniária sob esta Escritura no vencimento, observado o prazo de cura específico, a Emissora pagará, mediante exigência, multa moratória não-compensatória de 2% (dois por cento) do Valor Total.

5.14.1.1. Os encargos ora previstos, indicados nas alíneas (i) e (ii) da Cláusula 5.14.1. acima serão calculados e capitalizados até a liquidação final da dívida.

5.14.2. **Honorários advocatícios.** No caso de haver necessidade de o Agente Fiduciário recorrer às vias judiciais para cobrança de qualquer importância decorrente desta Escritura, ainda que em habilitação de crédito ou execução, a Emissora se obriga a pagar aos Debenturistas indenização pelos honorários advocatícios incorridos com os procedimentos judiciais e extrajudiciais movidos, independentemente do pagamento do principal, juros, remunerações, comissões, juros moratórios e quaisquer encargos e/ou despesas previstos nesta Escritura ou em lei, bem como dos honorários eventualmente devidos aos advogados dos Debenturistas pela sucumbência processual.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

5.15.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.14 acima, o não comparecimento de qualquer dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

5.16. LOCAL DE PAGAMENTO

5.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriurador Mandatário, no mesmo dia do respectivo vencimento.

5.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

5.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 5.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.18. PUBLICIDADE

5.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado da Bahia e no "Correio da Bahia", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

5.19. REPACTUAÇÃO

5.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

5.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA



Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.20.1 Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 5.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

6.1. **Obrigações de Fazer.** Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, a Emissora obriga-se a:

- (a) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus respectivos negócios, notadamente (i) quaisquer leis aplicáveis a eles com relação a sanções econômicas ou comerciais, terrorismo ou lavagem de dinheiro e que garantam que o Agente Fiduciário não estará sujeito a quaisquer consequências prejudiciais segundo quaisquer leis a ele aplicáveis (inclusive, entre outros, as leis dos Estados Unidos da América) em decorrência da Oferta Restrita (ii) as de proteção e defesa do meio ambiente;
- (b) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), ficando estabelecido, no entanto, que a Emissora não estará obrigada a efetuar o pagamento ou quitação de qualquer tributo, lançamento, encargo ou reivindicação que estiver sendo contestado em boa-fé e por meio de processos competentes, e acerca dos quais provisionamentos adequados estejam sendo mantidos;
- (c) manter os ativos necessários à condução de suas atividades (i) em boas condições de operação e manutenção; bem como (ii) segurados por sociedades seguradoras de boa reputação e que gozem de boa situação financeira, com apólices que cubram o mesmo valor e os riscos que usualmente são cobertos na mesma área por sociedades que se dediquem às mesmas atividades, ou atividades similares;
- (d) praticar todos os atos necessários à manutenção de sua existência corporativa, incluindo, mas não se limitando a, preservação de todas as autorizações e registros necessários ao seu funcionamento e exercício regular de suas atividades, incluindo a manutenção de propriedade ou a licença de uso de todas as marcas e outras formas de propriedade intelectual relevantes



Handwritten signature in blue ink.

para a condução dos seus negócios as atualizações necessárias nos registros ROF que possam ser exigidas para a liquidação de todas as obrigações decorrentes da presente Escritura;

(e) a qualquer momento razoável e periodicamente, permitir que o Agente Fiduciário ou quaisquer de seus agentes ou representantes examinem e efetuem cópias e extratos dos registros e livros contábeis e visitem as instalações da Emissora;

(f) manter os livros de registro e contábeis apropriados, nos quais registros completos e corretos deverão ser efetuados de todas as operações financeiras, dos ativos e das atividades da Emissora de acordo com os princípios gerais contábeis aceitos no Brasil, inclusive possibilitando acesso a suas propriedades bem como aos seus livros e registros contábeis, sempre que necessário ao perfeito entendimento das informações fornecidas ao Agente Fiduciário;

(g) conduzir operações com qualquer empresa pertencente Grupo Mineração Caraíba e/ou com as Pessoas Controladoras da Emissora consistentes com práticas passadas e em termos não menos favoráveis do que em condições normais de mercado (*arm's length*);

(h) observar e cumprir todos os termos e condições de contratos, instrumentos, acordos que sejam relevantes à condução de suas atividades;

(i) a Emissora deverá utilizar os recursos da Oferta Restrita para a finalidade exclusiva descrita na Cláusula 4.5 acima;

(j) informar e disponibilizar ao Agente Fiduciário:

(i) assim que disponíveis e, em qualquer hipótese, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o encerramento de cada semestre de cada exercício social, (1) os balanços patrimoniais não auditados da Emissora (individuais e consolidados), no encerramento do semestre em questão e os demonstrativos de receita e de fluxos de caixa da Emissora, para o período que se iniciar no encerramento do exercício fiscal anterior até o término do semestre em questão, devidamente certificados pelo diretor financeiro da Emissora, conforme o caso, preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (2) declaração do diretor da Emissora acerca do cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão inclusive com relação às Controladas diretas e indiretas, às Coligadas e ao Grupo Mineração Caraíba, incluindo-se as obrigações financeiras e as obrigações de fazer e não fazer previstas abaixo;

(ii) assim que disponíveis e, em qualquer hipótese, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, (1) cópia do parecer anual de auditoria para o referido exercício social da Emissora, contendo os balanços patrimoniais e os



Handwritten signatures in blue ink.

demonstrativos de receita e de fluxos de caixa da Emissora para o exercício social em questão, em cada caso, acompanhados de um parecer elaborado por auditores independentes aceitáveis aos Debenturistas, (2) declaração do diretor da Emissora acerca do cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão inclusive com relação às Controladas diretas e indiretas, às Coligadas e ao Grupo Mineração Caraíba, incluindo-se as obrigações financeiras e as obrigações de fazer e não fazer previstas abaixo, e (3) cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;

(iii) imediatamente após o seu início, notificação de todas as ações e processos perante qualquer tribunal, agência governamental ou árbitro que afetem a Emissora ou quaisquer de suas subsidiárias, cujo valor da causa seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(iv) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua realização, cópia de quaisquer atas que deliberaram e aprovaram alterações em seus documentos constitutivos;

(v) ao final de cada exercício social, declaração da diretoria acerca da utilização total dos recursos decorrentes desta Emissão, até que o montante seja totalmente utilizado na forma da Cláusula 4.5.1;

(vi) imediatamente, assim que tomar ciência de qualquer situação ou fato que afete de forma adversa seus direitos oriundos do Contrato Paranapanema (conforme abaixo definido) e/ou dos Direitos Minerários;

(vii) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definidos na ICVM 358/02 e atas de assembleias que envolvam matérias que possam, a critério da Emissora, de alguma forma, impactar os valores mobiliários de emissão da Emissora, afetar sua capacidade de pagamento ou causar Efeito Adverso Relevante sobre as Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 3 (três) Dias Úteis;

(viii) outras informações acerca da Emissora ou de quaisquer de suas subsidiárias que o Agente Fiduciário possa, periódica e razoavelmente, solicitar;

(k) encaminhar ao Agente Fiduciário, sempre que lhe for solicitado, informações e documentos acerca dos Direitos Minerários e do Contrato Paranapanema (conforme abaixo definido);

(l) encaminhar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, evidência do pagamento dos tributos devidos para fins da realização de pagamentos previstos sob o presente instrumento;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(m) tomar todas as medidas necessárias de forma a assegurar que suas obrigações decorrentes da presente Escritura e/ou de qualquer instrumento relacionado não deixem de concorrer pelo menos "*pari passu*" com todas as demais dívidas da Emissora que tenham a mesma natureza que aquela prevista na presente operação, observadas as disposições do Contrato de Compartilhamento de Garantias;

(n) manter todos os registros e autorizações necessários à celebração e eficácia da presente Escritura, das Garantias e dos demais instrumentos relacionados;

(o) obter todas as licenças, autorizações ou registros necessários ao fiel cumprimento de todas as suas obrigações previstas ou decorrentes da presente Escritura e dos demais instrumentos relacionados;

(p) providenciar alterações, retificações ou mudanças no ROF (ou qualquer outro registro realizado junto ao Banco Central para fins de remessas ao exterior no âmbito da CCB e do Loan Agreement);

(q) confirmar as declarações contidas nesta Cláusula VI na Data de Liquidação;

(r) obter a garantia fidejussória da sociedade NX Gold, conforme carta de fiança a ser celebrada em documento apartado, para garantir as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis corridos a contar da sua efetiva constituição (ou seja, após devido registro dos documentos constitutivos perante a Junta Comercial competente);

(s) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

(t) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, efetuando pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao referido registro;

(u) cumprir com todas as obrigações previstas na ICVM 476/09, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

- a. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A., e com as regras emitidas pela CVM;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- b. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores no endereço www.minacaraiba.com.br, e encaminhar à CETIP, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
 - d. manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e. observar as disposições da ICVM 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da ICVM 358/02, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - g. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (v) observar toda a legislação aplicável à Emissora e à Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção do seu inciso III;
- (x) comunicar imediatamente à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (z) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (aa) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (bb) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (u) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (cc) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(dd) comparecer às AGDs sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura; e

(ee) realizar no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de subscrição e integralização das Debêntures, uma nova assembleia geral de acionistas, a fim de ratificar a data em que se iniciará o pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.10 acima.

6.2. Obrigações de Não-Fazer. Enquanto houver valores devidos e em aberto sob a presente Escritura, a Emissora obriga-se a não:

(a) criar ou incorrer em qualquer Ônus sobre ou com relação a quaisquer de seus bens (móveis ou imóveis), inclusive sobre os objetos das Garantias, sejam eles atualmente detidos ou posteriormente adquiridos, ou ceder qualquer direito de recebimento de uma receita, a não ser que previamente autorizado, por escrito, pelos Debenturistas, exceto pelos Ônus Permitidos;

(b) outorgar garantias em favor de terceiros, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, exceto pelos Ônus Permitidos;

(c) realizar ou participar de reorganizações societárias, incluindo, mas não se limitando a, fusões, incorporações, incorporação de ações, cisões ou consolidações, exceto pela cisão da Emissora, para constituir a NX Gold;

(d) efetuar ou permitir qualquer alteração nas políticas contábeis ou práticas de informes, exceto conforme exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(e) vender, arrendar, transferir ou de outra forma alienar quaisquer ativos relevantes às suas operações, cujo valor seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), impactando adversamente na capacidade de cumprimento de suas respectivas obrigações previstas neste instrumento;

(f) alterar a sua natureza e/ou estrutura jurídica, bem como alienar sociedades sob o seu Controle, sem a prévia autorização dos Debenturistas;

(g) ter o seu Controle modificado ou transferido, ainda que indiretamente, sem a notificação aos Debenturistas em até 5 (cinco) dias contado da efetiva modificação ou transferência;

(h) efetuar pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, contratual ou estatutariamente prevista, em desacordo com o disposto na Cláusula 6.3 abaixo;



Handwritten signature and initials in blue ink.

(i) efetuar qualquer alteração relevante na natureza de suas atividades conforme conduzidas na data do presente instrumento, e/ou alterar o seu objeto social atual, sem a prévia autorização dos Debenturistas;

(j) alterar seus documentos constitutivos, que possa impactar na capacidade de cumprimento as obrigações previstas neste instrumento;

(l) permitir ou criar qualquer gravame, Ônus, garantia, direitos ou restrições adicionais sobre os bens objeto das Garantias em favor de terceiros não previstos nos documentos das Garantias;

(m) celebrar quaisquer contratos, acordos ou arranjos negociais com empresas do Grupo Mineração Caraíba ou com as controladas da Emissora em condições não compatíveis com as práticas de mercado (*arm's lenght*);

(n) permitir que quaisquer de suas Pessoas Controladas diretas ou indiretas e/ou qualquer de suas Coligadas, inclusive no exterior, inadimplam suas obrigações e/ou não liquidem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos financeiros e/ou não financeiros firmados com o Itaú BBA, o Santander, e o Coordenador Líder, inclusive no exterior;

(o) permitir que o Grupo Mineração Caraíba, inclusive no exterior, inadimplam suas obrigações e/ou não liquidem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos financeiros, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, ressalvados os períodos de cura previstos nos aludidos instrumentos, e/ou permitir com que ocorra a rescisão dos respectivos documentos, inclusive no exterior, em montante individual ou agregado, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

(p) permitir que o Grupo Mineração Caraíba, inclusive no exterior, tenha o vencimento antecipado de contratos não financeiros com terceiros decretado, inclusive no exterior e/ou permitir com que ocorra a rescisão dos respectivos documentos, inclusive no exterior, em montante individual ou agregado, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

(q) permitir que o Grupo Mineração Caraíba venha a sofrer protesto de títulos, em montante individual ou agregado, superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais), salvo se, no prazo de 7 (sete) dias corridos contados do recebimento do referido protesto seja validamente comprovado pela Emissora ou por outra empresa do Grupo Mineração Caraíba: (a) que o protesto foi cancelado, sustado ou seus efeitos foram suspensos; (b) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado; ou sofrer execução ou arresto de bens que, a critério dos Debenturistas, possa comprometer a capacidade de pagamento de suas obrigações, exceto se a Emissora ou outra



[Handwritten signatures and initials]

empresa do Grupo Mineração Caraíba comprovar em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(r) sofrer, ou permitir que outra empresa do Grupo Mineração Caraíba sofra, qualquer medida judicial ou extrajudicial que, a critério dos Debenturistas, possa afetar sua capacidade de honrar as obrigações assumidas nesta Escritura ou nas Garantias, exceto se a Emissora ou outra empresa do Grupo Mineração Caraíba comprovar em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(s) permitir a ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência de qualquer integrante do Grupo Mineração Caraíba e/ou a qualquer Pessoa Controladora (conforme abaixo definido); (ii) pedido de autofalência de qualquer integrante do Grupo Mineração Caraíba e/ou as respectivas pessoas controladoras; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer integrante do Grupo Mineração Caraíba e/ou das respectivas Pessoas Controladoras (conforme abaixo definido); (iv) propositura de qualquer integrante do Grupo Mineração Caraíba e/ou pelas respectivas Pessoas Controladoras, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso por qualquer integrante do Grupo Mineração Caraíba e/ou pelas respectivas Pessoas Controladoras (conforme abaixo definido) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(t) permitir que as obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura, das Garantias e/ou de qualquer instrumento relacionado deixem de concorrer pelo menos "*pari passu*" com todas as demais dívidas da Emissora que tenham a mesma natureza que aquela prevista na presente operação, observadas as disposições do Contrato de Compartilhamento de Garantias;

(u) sofrer, por qualquer autoridade governamental, condenação, confisco, intervenção ou compra compulsória ou expropriação de totalidade ou parte significativa dos bens ou receitas da Emissora ou de qualquer empresa do Grupo Mineração Caraíba, exceto se a Emissora comprovar em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(v) alienar ou transferir, direta ou indireta, qualquer sociedade sob o seu Controle, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, ou ainda não alterar ou modificar as atividades realizadas pela Emissora;



[Handwritten signatures in blue ink]

(x) transferir a terceiros os direitos e obrigações da Emissora previstos nesta Escritura e nos demais documentos decorrentes desta, sem a concordância prévia e expressa dos Debenturistas; e

(z) permitir a ocorrência de qualquer situação ou fato que possa impactar adversamente os Direitos Minerários.

6.3. **Obrigações Financeiras.** Durante a vigência do presente instrumento, a Emissora obriga-se a observar os seguintes índices financeiros, os quais serão verificados e confirmados semestralmente pelo Agente Fiduciário, até o pagamento de todas as obrigações previstas nesta Escritura:

(a) Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,0x durante toda a vigência da presente Escritura; e

(b) Distribuição de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros de capital próprio e/ou qualquer outra forma de transferência de recursos aos acionistas até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ao ano se o índice Dívida Líquida/EBITDA for igual ou inferior a 1,5x e até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ao ano se o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 1,5x, durante toda a Oferta Restrita.

6.3.1. Após a constituição da NX Gold, o índice financeiro descrito no item (a) da Cláusula 5.3 será calculado em bases consolidadas para a Emissora e para NX Gold, com base em demonstração financeira pró-forma combinada da Emissora e da NX Gold.

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, como Agente Fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

(i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;

(ii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicável vigente;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- (iii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
- (iv) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (vi) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do artigo 10 da ICVM 28/83 para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
- (vii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da ICVM 28/83;
- (viii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;
- (ix) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (x) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- (xii) está ciente das disposições da regulamentação aplicável emanada pelo Banco Central do Brasil e da CVM, em especial da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura conforme documentos e informações apresentados pela Emissora;
- (xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas;



[Handwritten signature]

(xv) na data de assinatura da presente Escritura, verificou que as Garantias representadas pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e pelo Penhor de Direitos Minerários não estão devidamente constituídas, uma vez que sua constituição e exequibilidade estão sujeitas aos registros e averbações previstos na Cláusula 3.5 acima, além disso, o Penhor de Direitos Minerários depende de Aprovação do DNPM. Desta forma, não é possível atestar sobre a suficiência das respectivas Garantias; e

(xvi) atua como agente fiduciário na 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora, na qual foram emitidas 40 (quarenta) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na respectiva data de emissão, e com vencimento final em 11/06/2015. Até a data de assinatura da presente Escritura, não ocorreram eventos de resgate. Além disso, não ocorreram pagamentos de juros e amortização da emissão. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, e não há previsão de repactuação. Outrossim, o Agente Fiduciário não tem ciência de qualquer inadimplemento até o momento.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, parcelas mensais de R\$1.000,00 (mil reais), sendo devida a primeira parcela mensal 05 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas devidas nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures ou até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes, o que ocorrer por último.

7.4.1. No caso de inadimplemento de qualquer das condições originalmente acordadas, após a assinatura dos documentos da operação, e, ainda, caso se faça necessária a participação do Agente Fiduciário, conforme o caso, em eventos extraordinários, tais como, reuniões e/ou conferências telefônicas em face do inadimplemento de qualquer das condições ordinárias e em face de eventos extraordinários aos previstos nos instrumentos da operação, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a (i) elaboração de notificações extrajudiciais, comparecimento em reuniões formais, sejam elas realizadas presencialmente e/ou por meio de conferências telefônicas com a Emissora e/ou com qualquer uma das partes interessadas da operação, individualmente ou em conjunto; (ii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, bem como os demais ajustes na estrutura e/ou documentos da operação; e (iii) providências adicionais para regularização dos documentos da operação, sendo devida 5



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do "relatório de horas" à Emissora.

7.4.2. No caso de celebração de eventuais aditamentos aos documentos da operação, em que, de alguma forma, envolva o Agente Fiduciário fazendo-se necessária a sua análise e/ou revisão, serão devidas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado aos eventuais aditamentos, sendo devida 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do "relatório de horas" à Emissora.

7.4.3. Os impostos vigentes à época do pagamento serão acrescidos sobre a remuneração do Agente Fiduciário, prevista nos itens acima.

7.4.4. Os valores mencionados nos itens anteriores serão atualizados pelo IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura desta Escritura.

7.4.5. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário as despesas com viagens, estadias, transporte e publicações necessárias ao exercício de sua função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente e serão arcadas pela Emissora as despesas com especialistas, tais como auditoria das garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário, em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos Debenturistas, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas, e ressarcidas pela Emissora.

7.4.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverá ser adiantada pelos Debenturistas, e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.4.7. O atraso ou falta de pagamento de quaisquer valores devidos ao Agente Fiduciário, nos termos aqui previstos, ficarão sujeitos a incidência sobre os valores em atraso, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, de: (i) multa convencional, não compensatória de 2% (dois por cento) aplicados sobre o valor inadimplido e



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(ii) encargos de mora de 1% (um por cento) ao mês, os quais incidirão desde a data do respectivo inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da atualização monetária.

7.4.8. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, ou alteração nas características ordinárias da operação facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.4.9. Na hipótese de ocorrer o cancelamento da Emissão, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

(i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

(ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;

(iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, às expensas da Emissora caso esta não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCEB e/ou dos contratos das Garantias nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(vii) solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

(viii) solicitar às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(ix) convocar às expensas da Emissora, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

(x) comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xi) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A.:

(a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures e outros pagamentos relativos às Debêntures efetuados no período;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



[Handwritten signature]

- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) declaração acerca da constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão.
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; e (d) nas dependências do Coordenador Líder, conforme indicado pelo Coordenador Líder;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus respectivos endereços, incluindo seu respectivo endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário e/ou à CETIP;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar os titulares das Debêntures – se possível individualmente – no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável;
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (xviii) acompanhar e verificar a apuração dos índices e/ou limites financeiros, na periodicidade prevista e conforme previsto nesta Escritura ou nos documentos das Garantias, com base nas informações fornecidas pela Emissora, nos termos da Cláusula VI acima;
- (xix) verificar a regularidade da constituição das Garantias referida na Cláusula 5.6 acima, nos termos dos documentos das Garantias; e (ii) a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(xx) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

7.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário, Remuneração das Debêntures e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;

(ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;

(iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

7.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada uma AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação dos titulares das Debêntures.

7.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

7.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, pelos titulares das Debêntures, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.



Handwritten signature in blue ink.

7.8.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.8.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGDs especialmente convocadas para tal fim, nos termos desta Escritura.

7.8.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.

7.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da ICVM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

7.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCEB.

7.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, a cada um dos Debenturistas, nos termos da Cláusula X abaixo.

7.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

7.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do artigo 71 da Lei das S.A.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", a ser enviado a cada um dos Debenturistas conforme as disposições da Cláusula 5.18.1.

8.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou pelos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme a Cláusula 8.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

8.2.1. A convocação para cada AGD dar-se-á nos termos da Cláusula 8.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.3 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista que for designado pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

8.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação, podendo ser realizada por ocasião da primeira convocação.

8.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecer a totalidade de titulares das Debêntures em circulação.

8.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das S.A., a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura ou na legislação aplicável, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários dos titulares de Debêntures, Debenturistas ou não.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.6.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.6 acima, qualquer alteração: (i) no Prazo de Vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração das Debêntures; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração das Debêntures; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) à Cláusula 5.11 acima; e (vi) das Garantias, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VIII, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures quaisquer Debêntures detidas pela Emissora e mantidas em tesouraria, ou por suas respectivas Afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

8.8. Será facultada a presença dos representantes legais e/ou procuradores da Emissora nas AGDs.

8.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. Para fins desta Escritura, a Emissora presta as declarações e garantias abaixo em benefício dos Debenturistas, declarações e garantias estas que consigna válidas e corretas na presente data:

- (i) é uma sociedade devidamente constituída, validamente existente e está em situação regular de acordo com as leis do Brasil e possui todos os poderes societários e autoridade necessários (incluindo, sem limitação, todas as licenças, permissões e demais aprovações governamentais) para deter, dispor e operar seus respectivos bens e para conduzir suas atividades conforme atualmente conduzidas e conforme propostas para serem conduzidas;
- (ii) a celebração e execução pela Emissora das obrigações previstas nesta Escritura e nos demais instrumentos relacionados, e a consumação das operações contempladas nesta Escritura estão abrangidas pelos poderes societários da Emissora e foram devidamente autorizadas por todos os atos societários necessários, e não contrariam (i) os documentos constitutivos da Emissora; (ii)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

disposições da legislação vigente aplicável; ou (iii) qualquer restrição contratual que vincule ou afete a Emissora;

- (iii) todas as informações fornecidas ao Agente Fiduciário durante as discussões e negociações relacionadas à Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos, na data em que foram prestadas ou na data a que se referem, não havendo omissão, por parte da Emissora, na prestação de informações ou fornecimento de documentos ao Agente Fiduciário que fossem relevantes no âmbito da Oferta Restrita;
- (iv) com exceção do ROF, nenhuma autorização ou aprovação ou outro ato por, e nenhuma notificação ou registro junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ou qualquer outro terceiro é necessário para a devida celebração, entrega e execução das obrigações previstas nesta Escritura;
- (v) Esta Escritura é obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível contra a Emissora em conformidade com os seus respectivos termos e condições;
- (vi) não existe nenhuma ação, processo administrativo ou judicial, investigação, litígio ou procedimento em curso ou iminente, incluindo, sem limitação, qualquer procedimento ambiental, que afete a Emissora ou quaisquer de suas respectivas subsidiárias, perante qualquer tribunal, agência governamental ou árbitro que possa
 - (i) ter um Efeito Adverso Relevante na Emissora ou no Grupo Mineração Caraíba; ou
 - (ii) afetar a legalidade, a validade, ou a exequibilidade desta Escritura, das Garantias e dos demais instrumentos relacionados, ou a consumação da Oferta Restrita;
- (vii) a Emissora apresentou ou fez com que fossem apresentadas todas as declarações de tributos que devam ser apresentadas e pagaram todos os impostos, taxas, contribuições e demais encargos (incluindo os juros e penalidades) devidos com relação aos exercícios sociais abrangidos pelas referidas declarações, cujo descumprimento poderia afetar a capacidade de pagamento da Emissora no âmbito da Oferta Restrita;
- (viii) a Emissora cumpre todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis de quaisquer Autoridades Governamentais, detendo todas as licenças, certificados, permissões, e concessões governamentais e demais autorizações e aprovações governamentais necessários para a condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental, trabalhista e previdenciária;



[Handwritten signature]

- (ix) as obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura, constituem obrigações diretas, incondicionais, e se classificam, e se classificarão, igualmente quanto à prioridade de pagamento e em todos os demais aspectos em relação a todas as demais dívidas da mesma natureza da Emissora;
- (x) nenhuma informação, demonstração financeira, anexo ou relatório fornecido por ou em nome da Emissora ao Agente Fiduciário acerca da negociação desta Escritura ou de acordo com os termos desta Escritura contém qualquer declaração inverídica de um fato relevante ou uma omissão de uma declaração de um fato relevante necessário para que as declarações ali contidas não sejam enganosas;
- (xi) que (a) o valor de mercado de seus ativos é superior às suas exigibilidades; (b) tem plenas condições de honrar com suas dívidas e obrigações assumidas perante terceiros; (c) possui capital adequado para a boa condução de suas atividades;
- (xii) que os recursos desembolsados na Oferta Restrita serão utilizados, exclusivamente, conforme previsto na Cláusula 4.5 acima;
- (xiii) que as condições econômico-financeiras e operacionais da Emissora e de cada uma de suas respectivas subsidiárias não sofreram qualquer alteração substancial adversa desde 31.12.2012, com exceção da cisão da Emissora para a criação da NX Gold;
- (xiv) no tocante ao Penhor de Direitos Minerários, declara que os Direitos Minerários se encontram válidos e, uma vez que tal penhor seja aprovado pelo DNPM, possuirão valor econômico-financeiro suficiente para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura e, exceto pelo Penhor de Direitos Minerários, não estão onerados ou comprometidos de qualquer forma, seja a que título for;
- (xv) no tocante à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, declara que o "Contrato de Compra e Venda de Concentrado de Cobre" firmado entre a Emissora e Paranapanema S.A., em 6.1.2012, encontra-se plenamente válido, vigente e operante e, exceto pela Cessão Fiduciária, os direitos dele decorrentes não se encontram onerados ou comprometidos de qualquer forma, seja a que título for ("Contrato Paranapanema");
- (xvi) que nem a Emissora nem suas respectivas receitas ou bens gozam de qualquer direito de imunidade em relação a processo, jurisdição judicial, penhora pré-judicial, execução de sentença ou em relação à compensação, gravame bancário, reconvenção ou qualquer outro processo ou recurso legais com respeito às suas obrigações contempladas nesta Escritura;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- (xvii) que, uma vez verificadas as condições previstas na Cláusula 5.6 desta Escritura, as Garantias criarão direito de garantia válido, eficaz, aperfeiçoado, exequível e preferencial e Ônus sobre todos os bens dados em garantia e objeto de referidos instrumentos, em favor dos Debenturistas;
- (xviii) que a Emissora não se encontra em posição de inadimplemento em qualquer contrato firmado com os seus atuais credores que possa acarretar um vencimento antecipado de suas obrigações financeiras;
- (xix) que se responsabiliza, em caráter irrevogável, pela correção e veracidade das declarações prestadas nesta Escritura e nos instrumentos a ele relacionados, bem como por quaisquer perdas, danos, prejuízos e impactos, inclusive de natureza fiscal, que possam decorrer da incorreção ou falsidade das mesmas; e
- (xx) que os recursos decorrentes da Oferta Restrita não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente as normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente, responsabilizando-se por qualquer questionamento envolvendo os Debenturistas em relação à Emissão e ao atendimento da legislação de proteção ao meio ambiente aplicável.

CLÁUSULA X NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) se para a Emissora:

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.,

Fazenda Caraíba, s/n,

Jaguarai - BA

48960000

Tel.: (21) 2206-9100

Fax: (21) 2206-9151

At.: Sr. Eduardo de Come/Eduardo Mesquita Souza

Email: eduardo.decome@minacaraiba.com/eduardo.souza@minacariba.com



- (ii) se para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Cond. Downtown, Barra da Tijuca



[Handwritten signature and initials]

Cep: 22640-100 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

At.: Sr. Gustavo Dezouart Teixeira Pinto / Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes

E-mail: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) se para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo

Tatuapé

CEP: 03084-010 - São Paulo – SP Brasil

Tel.: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140 At.: Sr. Douglas Callegari

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(iv) se para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo

Tatuapé

CEP: 03084-010 - São Paulo – SP Brasil

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(v) se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo –SP

01452-001

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

At: Gerência de Valores Mobiliários

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

CEP 20031-170, Rio de Janeiro –RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308 / 2262-5481



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(vi) se para o Coordenador Líder:

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar

São Paulo – SP, CEP: 04794-000

Tel.: (11) 5171 2378

Fax: (11) 5171 2330

At.: Sr. Alexandre Meza de Miranda

Email: alexandre.meza@bancovotorantim.com.br

10.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula XII pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 . Ausência de Vínculo: esta Escritura não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

11.2 . Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar



Handwritten signature in blue ink.

sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

11.3 . Renúncia: o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

11.3.1 A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

11.4. Irrevogabilidade: a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

11.5. Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pelo Código de Processo Civil, e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

11.6. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.7. Verificação de Veracidade: o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora.

CLÁUSULA XII FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.



[Handwritten signature]



E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Bahia, 17 de junho de 2013



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one to the right.



Página de assinaturas da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única da Mineração Caraíba S.A.".

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

Nome: SERGIO ROBERTO FRAGNAS
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

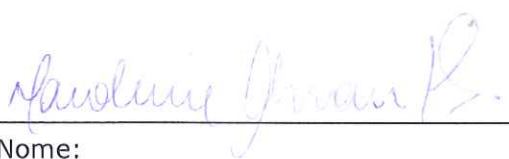

Nome: EDUARDO DE COME
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

(restante da página intencionalmente deixado em branco)



Página de assinaturas da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única da Mineração Caraíba S.A.".

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

	
Nome:	Nome:
Cargo: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES PROCURADORA	Cargo: Simone Cristina de Oliveira Procuradora

(restante da página intencionalmente deixado em branco)



Página de assinaturas da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única da Mineração Caraíba S.A.".

TESTEMUNHAS

Antonio B. de Carvalho Neto

Nome: ANTONIO B. DE CARVALHO NETO

RG: 20.048.500-1

CPF: 094.490.457-20

Paulo Duriez Filho

Nome: PAULO DURIEZ FILHO

RG: 04886099-3

CPF: 588432997-20

(restante da página intencionalmente deixado em branco)



Handwritten signatures and initials.

